



PROCESSO : 1778587/2024
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA
UNIDADE : CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA
RESPONSÁVEL : ELEANDRO FERREIRA CHAVIER
LAURO JOSNEY CORREA
RENAN NUNES OLIVEIRA
RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

PARECER Nº 2.807/2025

EMENTA: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA. CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA. EXERCÍCIO DE 2023. JULGAMENTO PELA PROCEDENCIA E APLICAÇÃO DE MULTAS. INADIMPLÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. PARECER MINISTERIAL PELA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO NO TRIBUNAL PLENO PARA CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO E REMESSA À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de Representação de Natureza Externa interposta pelo Sr. Everton Soares Figueiredo, Controlador Interno do Município de Nortelândia, contra a respectiva Câmara Municipal, em razão de supostas irregularidades na condução de processos licitatórios e de despesas que teriam sido realizados de forma ilegítima e lesiva ao erário, no período de janeiro a outubro de 2023.

2. Por meio do **Julgamento Singular nº 130/JCN/2025**, publicado em 18/03/2025, a **RNE foi julgada procedente**, com **aplicação de multas aos Srs. Eleandro Ferreira Chavier, Lauro Josney Correa e Renan Nunes Oliveira**.

3. Devidamente notificados, os responsáveis permaneceram inadimplentes, conforme demonstrativo a seguir:





	RESPONSÁVEL	MULTA (UPFs/MT)	VENCIMENTO	NOTIFICADO VIA
1	ELEANDRO FERREIRA CHAVIER	18	28/07/2025	EDITAL publicado em 30/05/2025 (doc. nº 610139/20255 e nº 611385/2025)
2	LAURO JOSNEY CORREA	12	28/07/2025	EDITAL publicado em 30/05/2025 (doc. nº 610138/2025 e nº 611378/2025)
3	RENAN NUNES OLIVEIRA	30	23/05/2025	CORREIOS - AR Digital recebido em 22/04/2025 (doc. nº 592180/2025 e nº 603348/2025)

4. Diante disso, a Secretaria de Certificação de Controle de Sanções sugeriu o encaminhamento dos autos ao gabinete do Conselheiro Relator para que fossem submetidos para apresentação e julgamento no Tribunal Pleno, objetivando a constituição individual, por meio de Acórdão, de título executivo, nos termos do art. 97, § 2º do Regimento Interno do Tribunal de Contas (Doc. nº 641369/2025).

5. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

6. Conforme disposto no art. 71, §3º, da CF, as decisões do Tribunal de Contas que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

7. Tendo em vista que o caso sob exame decidido em julgamento singular, o art. 97, § 2º do RITCE/MT prevê que, havendo inadimplência ao final de cada semestre referente às multas aplicadas, os respectivos processos serão encaminhados ao gabinete do Conselheiro Relator para apresentação e julgamento no Tribunal Pleno, constituindo-se, individualmente e através de acórdão, título executivo.

8. Dessa forma, havendo inadimplência dos Srs. Eleandro Ferreira Chavier (18 UPFs/MT) e Renan Nunes Oliveira (30 UPFs/MT), com relação às sanções impostas por meio do Julgamento Singular, torna-se necessária a adoção das medidas regimentais para a devida constituição dos títulos executivos e posterior encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado com vistas à execução judicial dos débitos, haja vista a ilegitimidade deste Tribunal de Contas para manejar a execução de suas decisões.





9. No que tange ao Sr. Lauro Josney Correa, considerando que o valor da multa aplicada de 12 UPFs/MT não é superior a 15 UPFs/MT, tal inadimplência não será alvo de execução judicial, sendo o processo arquivado provisoriamente sem a baixa da multa e do nome do sancionado no cadastro de inadimplentes do TCE.

10. Assim, o Ministério Público de Contas alinha-se ao Parecer da Secretaria de Certificação de Controle de Sanções no sentido da apreciação e julgamento no Tribunal Pleno, objetivando a constituição individual de título executivo por meio de Acórdão, em conformidade com o Art. 97, § 2º do RITCE/MT.

3. CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se**:

a) pela **apresentação e julgamento** do presente processo no **Tribunal Pleno**, para fins de **constituição de título executivo**, em relação aos **Srs. Eleandro Ferreira Chavier (18 UPFs/MT) e Renan Nunes Oliveira (30 UPFs/MT)**;

b) pelo **arquivamento provisório** sem a baixa da multa e do nome do sancionado no cadastro de inadimplentes do TCE, relativo ao **Sr. Lauro Josney Correa**;

c) pela **posterior remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado** para as devidas providências de execução judicial do débito.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, em 14 de agosto de 2025.

(assinatura digital)¹
GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador de Contas

¹Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

